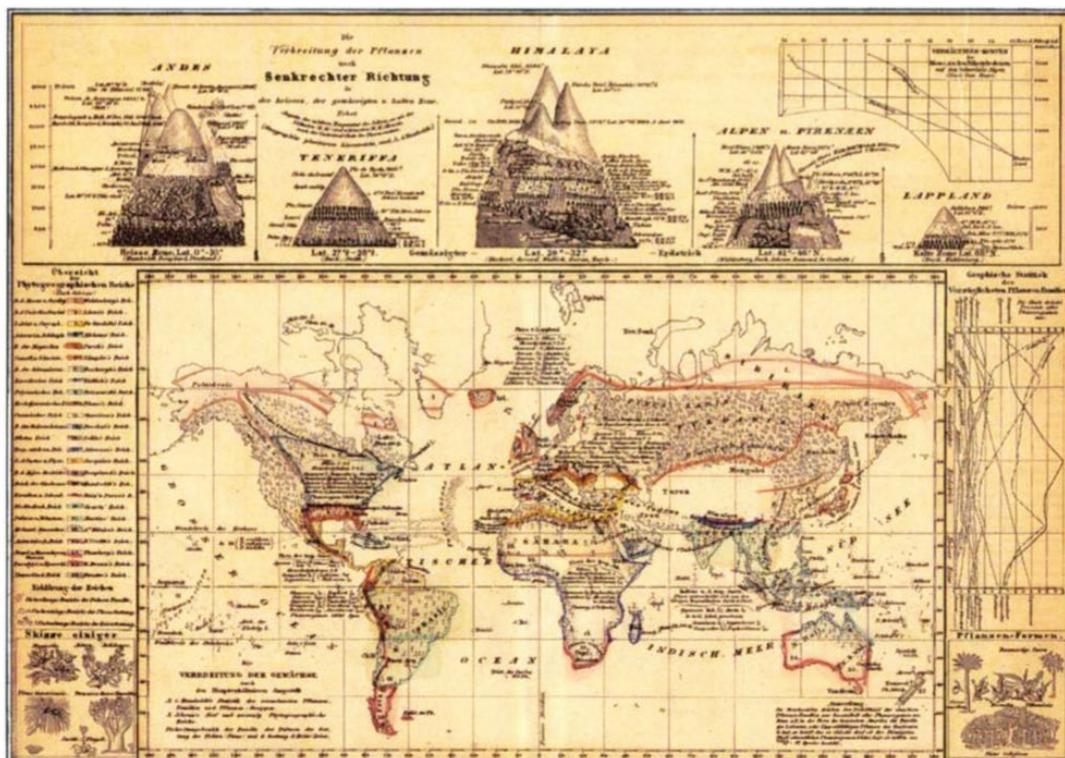


# CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
 FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
 COIMBRA 1995 N.º 14



## TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA RAIA CENTRAL A paisagem e o ambiente como recursos\*

Lúcio Cunha\*\*

### Introdução

Tendo em atenção a dimensão e o crescimento progressivo que tem vindo a registar, a actividade turística assume, na sociedade contemporânea, uma importância económica fundamental. Tanto a nível local ou regional, como à escala nacional e, mesmo, mundial, o turismo desempenha um importante papel enquanto gerador de riqueza e enquanto fenómeno capaz de contribuir para o desenvolvimento de economias deprimidas, nomeadamente, através do aproveitamento de recursos endógenos.

Não admira, assim, que a importância económica das actividades turísticas imponha que o território seja cada vez mais utilizado e mesmo consumido, pondo em causa não só os valores patrimoniais, tanto da natureza como da cultura, como, mesmo, o desenvolvimento harmónico de populações e território (OLIVEIRA, 1992; CRAVIDÃO e CUNHA, 1994). De facto, o turismo, gerador de riquezas significativas, mas consumidor insaciável de recursos naturais vários, pode ter impactes fortemente negativos sobre o ambiente, colocando seriamente em risco o ordenamento do território das regiões implicadas, sobretudo se pensarmos nos fluxos turísticos mais massificados, como os que afluem às regiões costeiras e os que, cada vez mais, atingem os espaços de montanha.

Estas considerações gerais são igualmente válidas para o caso concreto português, que não pode ser visto de forma independente das condições e das regras gerais que regem o turismo na Europa do Sul e na Bacia Mediterrânea. A actividade turística em Portugal, apesar de constituir um fenómeno relativamente recente enquanto actividade económica organizada (CRAVIDÃO e CUNHA, 1994) apresenta uma já considerável diversificação e segmentação, ainda que continue a assentar fortemente no chamado turismo balnear litoral ou turismo de sol e mar. Este é, de facto, o sector mais massificado, aquele que mais nacionais faz

deslocar dentro do país e que maior número de estrangeiros atrai, sendo, portanto, o sector do mercado turístico de maior significado económico e de maior relevância geográfica, quer pela importância de que se reveste na mobilidade da população, quer pelo papel que desempenha na transformação dos espaços e da paisagem, quer, ainda, pelos impactes ambientais e sociais que gera.

Para além do turismo de sol e mar, outros sectores relativamente importantes parecem ser o termalismo, outrora de grande importância económica e geográfica e que hoje parece estar a ressurgir, ainda que com motivações e características diferentes das que assumiu no passado e o turismo religioso, nomeadamente para Fátima, que parece continuar a crescer em volume e significado nacional e internacional.

Além destas, novas formas de turismo, como o turismo em espaço rural, o turismo cultural ou o turismo de eventos que, sobretudo a partir dos anos 80, começam timidamente a despontar, podem vir a ganhar, num futuro muito próximo, uma relevância económica e geográfica que ultrapasse o nível local e seja significativa a nível regional e, mesmo, nacional.

A par com a saturação da principal região turística do país (o Algarve) e com as deficientes condições de acolhimento de grande parte das regiões costeiras do Oeste que parecem não conseguir saber aproveitar os ensinamentos de uma má gestão do turismo algarvio, geram-se novas formas de procura turística (SIMÕES, 1994) que aproveitam também a tendência para o aumento do número de períodos de férias ainda que com diminuição da sua duração (“faça férias repartidas!”) e o aumento das operações de curta distância e de tráfego interno (“vá para fora, cá dentro!”). Entre esses novos rumos das práticas turísticas estão o turismo cultural, o turismo de eventos ou de negócios, o turismo de saúde e repouso, o turismo itinerante e, pelo interesse de que se revestem para a área que se pretende analisar nesta nota, o conjunto de acções que se conhecem sob a designação geral de turismo em espaço rural e outras

\* Esta nota corresponde basicamente ao texto da comunicação que, com o título “As paisagens e o património natural, recursos para o desenvolvimento de novas actividades turísticas”, foi apresentada ao seminário sobre *Dinamização transfronteiriça na Raia Central Ibérica - Da reestruturação das economias aos processos de desenvolvimento endógeno*, organizado pela Comissão de Coordenação da Região Centro, em Vilar Formoso, no dia 7 de Abril de 1995.

\*\* Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

formas que com elas directamente se associam (turismo natureza, turismo aventura, turismo cinegético, etc.).

A nível europeu, a procura dos espaços rurais como áreas de lazer não é de hoje ou de ontem, e tem variado muito de país para país ao longo do tempo. Com tradições significativas em muitos países europeus, o turismo em espaço rural tem representado algo de muito importante na economia do mundo rural, uma vez que 4% das explorações agrícolas alemãs, 7% das britânicas, 10% das austríacas e mesmo 20% das suecas, contam com o turismo como complemento do rendimento das actividades de exploração da terra (BETEILLE, 1992).

Note-se, no entanto, que em França, onde este fenómeno é mais tardio que nos países atrás referidos e interessa apenas cerca de 2% das explorações agrícolas, este segmento do mercado turístico, que cresceu repentinamente durante os anos 70, entrou em estagnação e mesmo em queda nos finais da década de 80 (isto apesar de ainda representar, em 1986, cerca de 25% dos fluxos internos). O simples facto de, em regra e ao contrário do que acontece com o turismo balnear litoral, o turista que procura, como espaço de lazer, o espaço rural, ter tendência para não visitar repetidas vezes a mesma região, contribui para uma redução significativa nas procuras.

Em Portugal, o desenvolvimento destas formas alternativas de turismo é muito recente, tendo-se iniciado apenas na década de 70 sob a designação oficial de turismo de habitação (CAVACO, 1991; MOREIRA, 1994). Talvez por isso, o turismo em espaço rural não tem parado de crescer, ainda que em termos económicos o seu significado raramente ultrapasse a dimensão local. Deste crescimento são exemplo a passagem de 197 para 435 (121%) no número oficial de residências e de 727 para 2126 (192%) no número de quartos oferecidos para este tipo de serviço, nos seis anos que medeiam 1989 e 1995, ainda que tenhamos de ter consciência absoluta que nem todas, nem talvez

sequer a maior parte, das actividades que se associam ao chamado turismo em espaço rural se faça através do alojamento em instalações oficialmente registadas como tal. Com efeito, a deslocação com fins turísticos no espaço rural ocupa também (ou talvez, preferencialmente) toda a rede de alojamento (hotéis, pensões, parques de campismo, etc.) dos pequenos núcleos urbanos do interior do país.

De qualquer modo, uma breve análise do quadro I, relativo à oferta oficial, pode dar uma ideia clara da importância relativa das várias regiões turísticas face ao fenómeno turístico em espaço rural. No ano de 1995 a região da Costa Verde mantém a primeira posição, tanto no que se refere ao número de estabelecimentos como ao número de quartos (155 e 694, respectivamente), enquanto que as posições mais baixas são ocupadas pelo Algarve (13 e 73, respectivamente) e pelas Ilhas (9 e 51, respectivamente). Registe-se o 2º lugar (113 unidades e 537 quartos) ocupado pela região designada por Montanhas, onde se inclui a Raia Central Portuguesa, denotando um dinamismo que faz com que esta região ocupe, inclusivamente, o 1º lugar na oferta de alojamento na classe de agroturismo, aquela em que a exploração agrícola mais directamente intervém no processo turístico.

Para além das vantagens de cariz eminentemente económico e social (proveitos para a população local gerados através de investimentos em regra pouco elevados e com aproveitamento dos recursos endógenos; abertura a novas iniciativas e ideias empresariais) o turismo em espaço rural pode significar importantes benefícios a nível demográfico e cultural que não parecem de desprezar. Entre os primeiros saliente-se a possibilidade de fixação de população jovem através da criação de emprego, e entre os segundos, o desenvolvimento de políticas de preservação das várias formas de património local e, mesmo, a criação de infraestruturas ligadas à animação cultural e social.

Para além disso, estas novas formas de turismo e nomeadamente o turismo em espaço rural baseiam-se num

Quadro I - Turismo em espaço rural por regiões turísticas em Portugal Continental  
Número de estabelecimentos e de quartos em 1995

Região Turismo	Tur. Habitação		Tur. Rural		Agroturismo		TOTAL	
	NU	NQ	NU	NQ	NU	NQ	NU	NQ
Costa Verde	73	354	70	272	12	68	155	694
Costa de Prata	21	127	22	113	14	77	57	317
Montanhas	38	170	47	194	28	173	113	537
Costa de Lisboa	16	96	14	53	2	16	32	165
Planícies	15	83	25	125	16	81	56	289
Algarve	3	17	8	42	2	14	13	73
Ilhas	7	37	2	14			9	51
TOTAL:	173	884	188	813	74	429	435	2126

Nota: A falta de indicação do número de quartos (NQ) para algumas unidades levou-nos a utilizar, para o cálculo dos totais, a média dentro de cada classe e região turística.

conjunto de princípios que tendem a privilegiar como recursos o ambiente, em geral, e o património natural, em particular, e a minimizar os impactes que sobre eles se exercem. O simples facto de a maior parte das actividades a desenvolver pelos turistas se basearem no mundo rural e na sua beleza, originalidade, tipicidade, variedade e pureza, acarreta um necessário respeito pelo meio natural e pelos valores culturais próprios de cada um dos espaços. A própria promoção dos espaços rurais como produto turístico deverá ser feita através do aprofundamento e da divulgação do conhecimento científico que se tem sobre o campo e sobre os valores patrimoniais que encerra, assim como sobre o seu próprio modo de funcionamento económico, social e cultural.

### Potencialidades e estrangulamentos para a prática turística na Raia Central

Sendo uma região do país em que a agricultura ainda desempenha um importante papel tanto na economia em geral, como no emprego em particular, já que ocupa ainda hoje cerca de 20% da população activa, a Raia Central Portuguesa (Fig. 1) apresenta uma baixíssima densidade populacional (32 hab./Km<sup>2</sup>, contra 74 hab./Km<sup>2</sup> do conjunto da Região Centro e 105 hab./Km<sup>2</sup> do Continente; ver quadro II; cfr. JACINTO, 1994) e uma população francamente envelhecida, tendo sido incapaz de segurar a juventude que aqui nasce e cresce, e, à semelhança do que acontece com o conjunto do interior do país, viu a sua população diminuir, de 1981 para 1991, cerca de 7,4% (Região Centro: -2,4% e Continente: +0,4%). Os próprios indicadores de natureza social, como por exemplo o número de médicos por mil habitantes, são igualmente reveladores da situação desfavorável em que a Raia Central se encontra face às médias da Região Centro e do conjunto do Continente.

Assim, e tendo apenas em atenção estes factos, parece lógico aceitar que todas as actividades que contribuam para a revalorização do espaço rural — lembremos que o rendimento agrícola em Portugal é de cerca de 1/3 do da

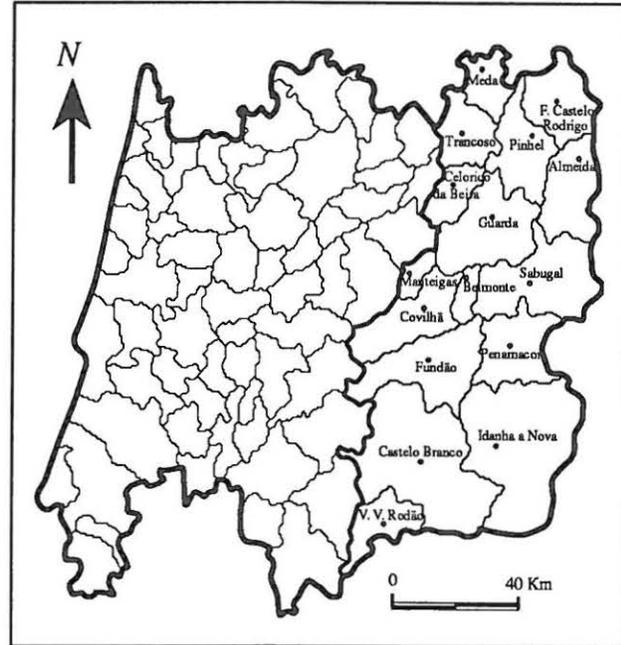


Fig. 1 - A Raia Central Portuguesa no conjunto da Região Centro

média europeia — permitindo a criação de emprego, a fixação da população jovem e a formação de riqueza aproveitando os recursos endógenos, sejam de acarinhar e incentivar. Entre estas actividades ocupa um lugar crescentemente importante o turismo e, particularmente, os novos segmentos que agora se desenham e que incluem não só o chamado turismo em espaço rural, mas também um conjunto de actividades que com ele se relacionam directamente (turismo cinegético, turismo aventura, turismo itinerante e turismo ecológico ou turismo natureza).

Ora, é exactamente para este conjunto de actividades que a área da Raia Central apresenta grandes potenciali-

Quadro II - Alguns indicadores demográficos e sociais na Raia Central Portuguesa (1991)

	Beira Int. Norte	Beira Int. Sul	Cova da Beira	Raia Central	Região Centro	Continente
Pop. Residente	118513	81015	93097	292625	1721650	9371319
Dens. Populacional	29	22	68	32	74	105
Var. Pop. (1981/91)	-8,9	-5,9	-6,7	-7,4	-2,4	0,4
Pop. c/ - 15 anos (%)	17,6	15,0	18,1	17,0	19,1	19,7
Pop. c/ + 65 anos (%)	21,7	24,0	18,0	21,2	16,6	13,7
Ind. Envelhecimento	123,4	160,1	99,7	124,4	87,2	69,5
Pop. Sect. Primário (%)	29,2	15,2	12,4	19,9	17,1	10,5
Méd. /1000 hab.	1,2	1,9	1,2	1,4	2,8	2,9

Fonte: JACINTO, Rui (1994), *Programa Operacional da Raia Central*. Rel. inedito, CCRIC

dades, já que aqui se encontram reunidos os principais valores em que assentam estas formas de turismo: a natureza (tanto sob a forma mais agreste de natureza rochosa e selvagem, como sob a forma mais suave e repousante do verde bucolismo dos campos, prados e matas), os grandes espaços, a água, o ar puro e o clima favorável, a calma e uma “enorme reserva de espectáculos e de coisas de um passado longínquo” (BETELLE, 1992), tais como festas e romarias, folclore e gastronomia, que certamente virão a proporcionar a grande número dos quadros médios e superiores dos grandes centros urbanos uma espécie de encontro do presente com o passado e de confronto entre o real e o imaginário, permitindo a recordação e, mesmo, a reconciliação com raízes que por vezes até nem são assim tão remotas, mas que nas aceleradas corridas da vida quotidiana, rapidamente ficaram para trás.

Como foi já referido, as condições ambientais constituem talvez o principal recurso para a prática turística na Raia Central. Dentro destas merece especial destaque a riqueza e a variedade da paisagem, entendida sobretudo como um complexo sistema de factos e de valores, percebido globalmente através dos sentidos em geral e da visão em particular (ALMEIDA, 1995, pp. 9 e sgts.). Apesar de aqui não se poder falar, rigorosamente, em paisagens naturais, de facto, são os elementos da natureza (a morfologia, a água e a vegetação) aqueles que mais valorizam esta paisagem.

Na Raia Central podem ser observadas vigorosas e soberbas paisagens de montanha, tanto nas serras da chamada Cordilheira Central (Serra da Estrela - 1993 m; Serra da Gardunha - 1227 m), como na Serra da Malcata - 1259 m ou nas nuas e vigorosas Serras quartzíticas da Marofa - 976 m, Penha Garcia - 828 m ou do Ródão - 570 m. Em relação com a tectónica de fracturação que dá origem às Serras da Cordilheira Central, surge o fosso que separa as Serras da Estrela e Gardunha, a conhecida Cova da Beira (RIBEIRO, 1949), um dos espaços rurais da região que mercê de características climáticas particulares, desenvolve uma próspera actividade agrícola ligada sobretudo à fruticultura.

No entanto, a grande maior parte do território raiano corresponde a extensas superfícies aplanadas, a chamada “Meseta”, a Norte, pelos 700/800 metros aqui e além semeada de belíssimos e valiosíssimos soutos de castanheiros e matas de carvalhos, que apesar de não ocuparem a extensão de tempos idos, recordam à nossa e, esperemos, às gerações vindouras o que terá sido a riqueza da flora arbórea natural da área. Mais a Sul, transposto um complexo rebordo passa-se para a chamada “Superfície de Castelo Branco” (RIBEIRO, 1939 e 1949), que pelos 400-500 metros de cota revela já uma aproximação às paisagens do Sul do País bem testemunhada pela frequente presença de montados de azinho e mesmo de sobreiro. Da vastidão da planura, emergem vigorosamente, aqui e além, a favor da carácter granítico do substracto e de uma evolução muito longa e particular, os chamados “inselbergues”, ou mais sugestivamente à portuguesa, os “montes-ilha”, de que

Monsanto é talvez o exemplo mais didáctico e por isso mais conhecido (RIBEIRO, 1942). Da “Superfície de Castelo Branco” passa-se, a Sul, para a “Superfície do Alto Alentejo” aqui conhecida pela designação geral de “Campinas da Idanha” (250-300m), através da vigorosa escarpa que marca a passagem da falha do Ponsul (RIBEIRO, 1943). Nas “Campinas da Idanha”, a favor da possibilidade de regadio aberta com a construção da Barragem da Idanha, a agricultura toma o lugar de destaque que parecia perdido nas áreas mais a Norte, e o girassol e o tabaco emprestam novas cores à paisagem.

Mas nem só montanhas e vastas superfícies planas constituem os quadros paisagísticos da Raia. Os vales, muitas vezes profundamente encaixados, constituem espaços de natural beleza e valor em termos ambientais, como acontece com o Côa e o Águeda, afluentes do Douro, a Norte, e com o Tejo e seus afluentes, o Erges e o Ponsul, a Sul.

Nestas paisagens mais ou menos abertas e de grandes espaços, em regra pouco degradadas e portanto muito próximas das condições naturais, apenas um reparo merece ser apontado. Este diz respeito às recentes transformações culturais das explorações silvícolas e, mais especificamente, a introdução de vastas matas mono-específicas de eucaliptos que, a favor do fraco valor dos solos, invadiram a Serra da Malcata e começam também a aparecer nas Serras de Penha Garcia e da Morofa. Para além dos problemas ambientais criados, nomeadamente ao nível do consumo das reservas aquíferas do solo, as matas de eucaliptos introduzem na paisagem uma nota dissonante que em nada a valoriza.

Para além da paisagem, merecem referência enquanto recursos naturais a pureza do ar e as condições climáticas, que, apesar de não totalmente favoráveis à prática turística, dadas as elevadas temperaturas que se podem atingir na região durante o Estio (temperaturas máximas diárias acima dos 32°C, podendo atingir os 40° e mais de 120 dias por ano com temperaturas médias superiores a 25°; DAVEAU, 1985), facilitam, pela predominância de dias soalheiros durante grande parte do ano, a prática de actividades ao ar livre. A melhor época do ano parece corresponder à Primavera em que se conjugam o bom tempo e as temperaturas amenas com a floração das principais espécies vegetais, contribuindo para realçar a beleza da paisagem.

Outro importante recurso para a prática turística, mesmo pensando nas novas modalidades a que nos estamos a referir, é a água. As grandes superfícies aquáticas, proporcionadoras de actividades desportivas e de lazer, apesar de pouco abundantes estão presentes. Maior é a riqueza no que se refere às águas termais, existindo na região cerca de uma vintena de termas, apesar de hoje apenas as de Monfortinho e de Manteigas terem exploração com significado económico relevante.

A riqueza da paisagem, a pouca degradação das condições ambientais e a riqueza ecológica da fauna e da

flora fazem com que na área existam espaços mais ou menos circunscritos com elevado valor ambiental. Para além dos muito conhecidos Parque Natural da Serra da Estrela e Reserva Natural da Serra da Malcata, estão referenciados na área outros espaços também de inegável valor, como os biótopos Corine do Tejo Internacional, Portas do Ródão e Penha Garcia, para referir apenas os mais importantes.

O próprio facto de frequentemente se verificarem significativos contrastes geográficos e paisagísticos, mesmo em pequenos espaços, e o elevado potencial para a prática de desportos ao ar livre (pesca e, sobretudo, a caça) valorizam para a prática turística este território e os seus recursos naturais.

As potencialidades para a prática do turismo em espaço rural e doutras formas de turismo com ela habitualmente associadas, assentam também, naturalmente, numa série de outros importantes recursos, entre os quais se salienta a riqueza do Património Histórico-Arqueológico, com destaque para os vestígios pré-históricos (VILAÇA, 1994), nomeadamente para as gravuras rupestres do Côa<sup>1</sup> e do Tejo e para um vasto conjunto de monumentos megalíticos e, ainda, para a monumentalidade dos castelos medievais e das povoações fortificadas. Concluem o quadro dos valores patrimoniais, a variedade e riqueza das festas e romarias, do artesanato, das manifestações musicais e, naturalmente também da gastronomia.

Uma outra inegável potencialidade advém da integração da Raia Central Portuguesa em áreas já tradicionalmente visitadas e percorridas pelos milhares de turistas, que afluem à Serra da Estrela procurando o espectáculo da neve ou, tão só, a fruição dos grandes espaços que daí se avistam ou daqueles que procuram a tipicidade das festas e romarias da Beira Baixa. A própria localização raiana, em corredores de passagem para visitantes vindos de Espanha ou da Europa, poderá facilitar o desenvolvimento turístico, desde que criadas infraestruturas nas áreas menos dotadas e desde que sejam convenientemente seleccionados e promovidos os produtos turísticos a oferecer.

Finalmente, e não menos importante, registre-se o facto de algumas experiências em desenvolvimento na região, como acontece com o turismo rural em Sortelha e com a instalação e exploração de equipamentos turísticos na Idanha, estarem a decorrer com relativas taxas de sucesso, servindo de exemplo e incentivo para outras iniciativas em termos de desenvolvimento turístico na Raia.

Apesar de as potencialidades serem animadoras existem, no entanto, alguns estrangulamentos para o

desenvolvimento de actividades turísticas na Raia Central que convém assinalar. O principal deles talvez esteja na reduzida acessibilidade, apesar dos esforços entretanto desenvolvidos no sentido de dotar de vias rodoviárias de qualidade toda a região. Um outro estará na escassez de equipamentos, tanto ao nível do alojamento como, sobretudo, ao nível da animação cultural e turística, que parece registar-se na maioria dos municípios da Raia. Uma oferta turística reduzida e pouco diversificada e uma insuficiente promoção turística também não favorecem o desenvolvimento da actividade, comprometida ainda pela falta de quadros em virtude da escassez de recursos humanos locais e da quase inexistência de formação profissional a este nível. Finalmente, e em nosso entender, registre-se também a necessidade de melhorar a articulação entre os vários actores e agentes institucionais, sociais e individuais interessados nesta matéria.

### O turismo na Raia Central - Alguns números

Vejamos, agora, através de alguns quadros e mapas, a situação actual da actividade turística no espaço da Raia Central Portuguesa e a diferenciação interna que se regista ao nível da oferta e da procura.

Uma primeira ideia da fragilidade da oferta de alojamento pode deduzir-se da análise do quadro III e dos mapas das figuras 2, 3 e 4. O quadro III, relativo ao número e utilização dos estabelecimentos turísticos na Raia, mostra muito claramente a fraca importância da oferta, tanto em número de estabelecimentos, que apenas correspondem a cerca de 2,5 % do total português, como em capacidade efectiva de alojamento, já os estabelecimentos raianos apenas representam 1,4 % do total de quartos e 1,3 % do total de camas disponíveis no país. Apesar de se tratar de estabelecimentos de reduzida dimensão, a taxa de ocupação dos estabelecimentos é bastante inferior à média nacional (22,3% contra 32,5%), já que o número de dormidas efectivamente verificadas nos concelhos da Raia Central é muito baixo, tanto no que se refere ao seu total, que apenas representa 0,9 % do total nacional, como à duração da estada média que é aqui de cerca de 1,5 dias, enquanto no conjunto da região Centro é de 1,8 dias e no conjunto do país é de 3,3 dias.

A análise detalhada deste quadro, relativo a 1993, e do mapa da figura 2, onde estão representados os diferentes estabelecimentos hoteleiros da Raia, em meados de 1994<sup>2</sup>, mostra a grande disparidade espacial da oferta. De qualquer modo, a repartição concelhia dos diferentes estabelecimentos hoteleiros parece ter mais a ver com as

<sup>1</sup> Ainda que fora do contexto administrativo em que se enquadra a Raia Central Portuguesa, uma vez que o concelho de Vila Nova de Foz Côa pertence já à Região Norte, pela relação de proximidade com a área e pelo valor patrimonial e turístico de que se reveste o conjunto arqueológico das gravuras paleolíticas do vale do Côa, não podemos deixar de o referir nesta nota.

<sup>2</sup> Apesar de se reportar a dados de Julho de 1994, o mapa que se apresenta pode considerar-se já um tanto desactualizado. Pelo menos no concelho de Idanha-a-Nova, onde não aparecem representados hotéis, entraram em funcionamento duas importantes unidades hoteleiras ligadas directamente a actividades turísticas (Termas de Monfortinho e Ladoeiro).

Quadro III - Número e utilização dos estabelecimentos turísticos na Raia Central Portuguesa (1993)

	Nº Est.	Quart.	Cap. Al.	Hósp.	Dorm.	D/H	i. Oc.*
<b>Portugal</b>	1777	88596	198862	7098030	23599738	3,32	32,5
<b>Reg. Centro</b>	287	9108	19544	801206	1472186	1,84	20,6
<i>% no país</i>	16,2	10,3	9,8	11,3	6,2		
<b>Raia Central</b>	44	1240	2635	147361	214227	1,45	22,3
<i>% no país</i>	2,5	1,4	1,3	2,1	0,9		
<i>% na Região Centro</i>	15,3	13,6	13,5	18,4	14,6		
<b>Beira Int. Norte</b>	19	505	1107	77464	90501	1,17	22,4
Almeida	3	75	132	9211	10250	1,11	21,3
Celorico	2	69	138	14264	-	-	
F. Cast. Rodrigo	1	18	46	481	-	-	
Guarda	6	220	534	43689	48922	1,12	25,1
Mantegias	4	74	166	8580	11561	1,35	19,1
Meda	1	15	29	973	-	-	
Pinhel	1	24	42	-	-	-	
Sabugal							
Trancoso	1	10	20	266	1433	5,39	19,6
<b>Beira Int. Sul</b>	13	413	878	28688	61259	2,14	19,1
Cast. Branco	7	228	486	22236	32976	1,48	18,6
Idanha Nova	4	163	352	5960	27504	4,61	21,4
Penamacor	1	10	18	476	731	1,54	11,1
V. V. Rodão	1	12	22	16	48	3,00	0,6
<b>Cova da Beira</b>	12	322	650	41209	62467	1,52	26,3
Belmonte	2	48	87	4020	4371	1,09	13,8
Covilhã	8	220	455	28747	40098	1,39	24,1
Fundão	2	54	108	8442	17998	2,13	45,7

\* Índice de ocupação (I. Oc.) = (Nº Dorm. \* 100) / (Cap. Aloj. \* 365)

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, INE, 1994

características e com as funções urbanas de cada uma das sedes de concelho do que com as suas vocações ou aptidões turísticas. Este facto justificaria também o relativamente baixo número de dormidas que acima referimos.

Os concelhos raianos mais bem servidos de equipamentos hoteleiros parecem ser Guarda, Covilhã e Castelo Branco, enquanto os menos dotados serão os de Meda, Sabugal, Penamacor e Vila Velha do Ródão que, em Julho de 1994, não dispunham de quaisquer equipamentos hoteleiros.

No que se refere à capacidade de alojamento em Julho de 1994 (Fig. 3), a situação é muito semelhante: grande disparidade entre os vários concelhos, com os concelhos de Guarda, Covilhã, Idanha e Castelo Branco nos primeiros lugares e os concelhos de Meda, Trancoso, Sabugal, Penamacor e Vila Velha do Ródão, nos últimos.

Embora se mantenha a grande disparidade espacial, a situação no que se refere à oferta em estabelecimentos de

Turismo em Espaço Rural para 1995 (Fig. 4) é substancialmente diversa da que foi atrás apontada. Realçam-se dois aspectos. Um deles é o facto de, apesar do valioso património natural e cultural que a generalidade do espaço raiano apresenta, ser relativamente baixo o número total de estabelecimentos de turismo em espaço rural (19) que, inclusivamente, chega a ser nulo na maior parte dos concelhos. O segundo aspecto a realçar é a concentração verificada nos concelhos do Sabugal (Sortelha), Guarda e Fundão que, no conjunto, detêm cerca de 70 % dos estabelecimentos deste tipo.

No que se refere à procura turística e, nomeadamente, ao número de dormidas registadas na área aqui em apreço (Quadro IV; Fig. 5), ressalta, para além do fraco volume atrás foi referido, o facto de, apesar da proximidade fronteira e de serem, sobretudo, os espanhóis a pernoitar no espaço raiano, ser extremamente reduzido o número

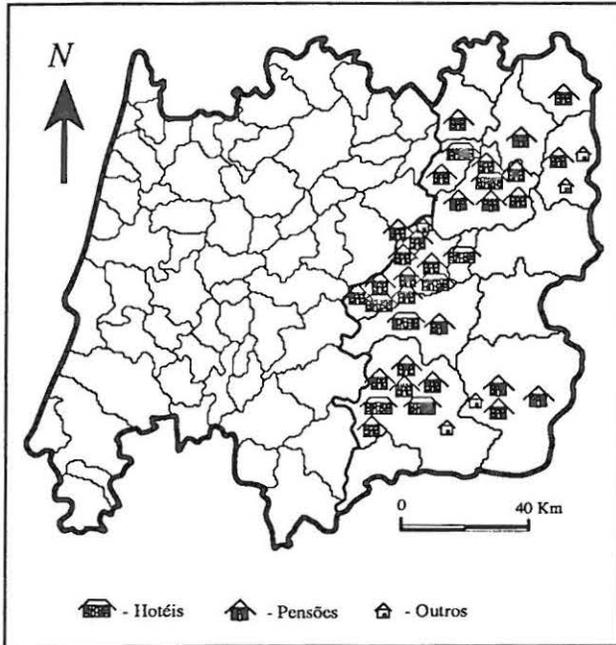


Fig. 2 - Estabelecimentos hoteleiros na Raia Central Portuguesa em 31 de Julho de 1994  
 Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro. INE, 1994

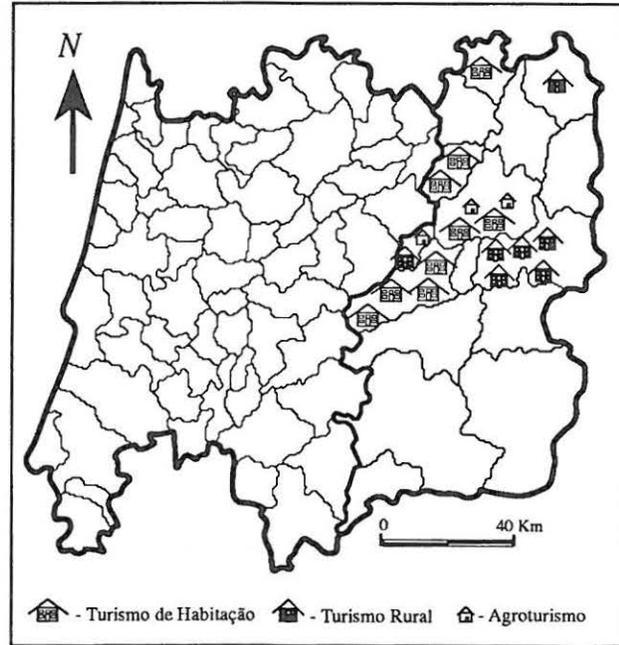


Fig. 4 - Estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural na Raia Central Portuguesa em 1995  
 Fonte: Guia Oficial de Turismo em Espaço Rural, Direcção-Geral de Turismo, 1995

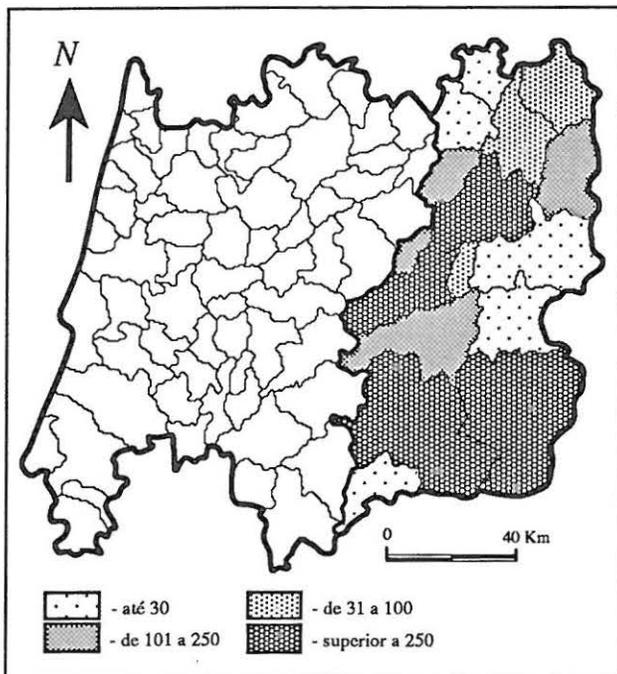


Fig. 3 - Capacidade de alojamento (nº de camas) na Raia Central Portuguesa em 31 de Julho de 1994  
 Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro. INE, 1994

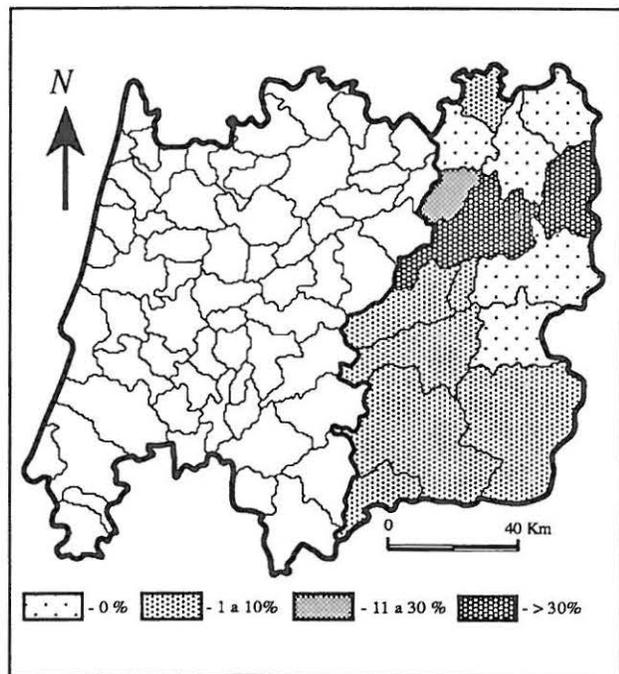


Fig. 5 - Percentagem de dormidas de estrangeiros no total de dormidas na Raia Central Portuguesa em 1991  
 Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro. INE, 1992

Quadro IV - Número de dormidas nos estabelecimentos turísticos da Raia Central Portuguesa (1991)

	Port.	P (%)	Esp.	R. Un.	Alem.	Out. UE	EUA	Out.
<b>Portugal</b>	7172065	27,3	1870917	5618270	3233873	4552912	485490	3327466
<b>Reg. Centro</b>	1031052	65,6	164480	23940	53299	196453	24954	77575
% no país	14,4		8,8	0,4	1,6	4,3	5,1	2,3
<b>Raia Central</b>	177723	80,6	9451	3490	4629	17096	3434	4566
% no país	2,5		0,5	0,1	0,1	0,4	0,7	0,1
% na Região Centro	17,2		5,7	14,6	8,7	8,7	13,8	5,9
<b>Beira Int. Norte</b>	62405	62,7	8274	2973	4079	15195	3287	3241
Almeida	6898	55,3	1890	477	705	1708	271	533
Celorico	8427	73,0	812	165	465	1471	20	183
F. Cast. Rodrigo	245	100,0						
Guarda	34554	62,2	4887	1650	1396	9383	2432	1275
Manteigas	8853	54,7	684	681	1513	2630	564	1250
Meda	1013	99,6	1			3		
Pinhel								
Sabugal	2415	100,0						
Trancoso								
<b>Beira Int. Sul</b>	53297	96,5	749	223	143	523	86	237
Cast. Branco	23567	93,7	581	203	107	393	71	217
Idanha Nova	27840	99,1	123	2	14	90	8	6
Penamacor	485	100,0						
V. V. Rodão	1405	90,6	45	18	22	40	7	14
<b>Cova da Beira</b>	62021	94,4	428	294	407	1378	61	1088
Belmonte	3581	91,1	21	49	43	189	3	45
Covilhã	39082	94,9	213	139	192	546	12	977
Fundão	19358	94,0	194	106	172	643	46	66

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, INE, 1992

total de estrangeiros que aqui dormem (a percentagem de dormidas de estrangeiros é de cerca de 20 %, contra 35 % na Região Centro e 73 % no conjunto do país). Os concelhos com maior percentagem de dormidas de estrangeiros são, para além de Manteigas, já no espaço natural da Serra da Estrela, os que são atravessados pela grande via rodoviária de entrada em Portugal que é o Itinerário Principal nº 5 (IP5), ou sejam os concelhos de Almeida, Guarda e Celorico.

Em jeito de síntese, pode afirmar-se que a actividade turística da Raia Central Portuguesa se caracteriza pelo seu fraco significado económico regional. Apesar de uma forte diferenciação espacial, em termos gerais temos uma deficiente oferta de equipamentos turísticos a que vai corresponder também uma reduzida utilização, que assenta sobretudo no mercado interno, ou seja nos viajantes nacionais, que aqui se deslocam talvez mais em trabalho do que para lazer ou fruição das maravilhas naturais ou culturais raianas.

## Conclusão

As relações que se estabelecem entre a prática de actividades turísticas e a maior ou menor qualidade das condições ambientais revestem-se de uma enorme complexidade que passa mesmo por um certo carácter de contradição e de conflitualidade, entre a busca da maior rentabilidade económica e a necessidade da preservação de um ambiente de boa qualidade, condição da própria prática turística (CRAVIDÃO e CUNHA, 1991 e 1994).

Esta relação e o seu estudo ganham particular relevância no caso dos segmentos da actividade turística que atrás foram referidos e, nomeadamente, naqueles que respeitam à crescente procura turística dos espaços rurais mais tradicionais, uma vez que as características ambientais e sobretudo, as características mesológicas, mais do que condições determinantes, são a própria razão de ser desta procura turística.

Tratando-se de áreas de grande interesse e de grande fragilidade em termos ambientais, como é o caso do

espaço raiano aqui em apreço, há que acautelar a preservação das condições ambientais para que o desenvolvimento do fenómeno turístico não conduza a situações de degradação e de descaracterização, que comprometam o desenvolvimento futuro do próprio turismo. E, ao pensarmos em condições ambientais, fazemo-lo no sentido mais amplo do conceito de ambiente, ou seja, para além dos elementos naturais, incluímos nele o conjunto de factores económicos, sociais e culturais das áreas rurais (com a sua genuinidade e tipicidade, mas também com a funcionalidade que as caracteriza). Dito doutra forma, a manutenção de um ambiente de qualidade, capaz de suportar, a par com outras, uma actividade turística rentável e durável, implica que o campo seja ele mesmo e não apenas um produto bonito, mas artificial, criado em resposta às imagens turísticas de hoje.

Esta questão da qualidade do ambiente enquanto recurso para a actividade turística torna-se particularmente pertinente quando pensamos que são normalmente as clientelas turísticas social e culturalmente mais evoluídas, logo também as mais exigentes, as que mais procuram a visita e a fruição dos espaços rurais. No entanto, as tentativas de promoção e venda dos vários produtos turísticos a este tipo de clientela certamente acarretarão a criação e desenvolvimento de novos serviços culturais, de animação ou de lazer que, pelo menos nalguns casos, não deixarão de gerar intensos e mesmo graves impactes sociais, culturais e mesmo económicos nas populações locais. Ora, também a estes tipo de impactes é necessário prestar atenção para minimizar as situações de conflito, latente ou já em marcha, entre os locais e os visitantes.

Conforme referimos já em anterior trabalho (CRAVIDÃO e CUNHA, 1994), estas relações de conflitualidade não poderão, de modo algum, pôr em causa a utilização turística do espaço rural. Tenhamos em conta que, como referiu SONEIRO (1991, p. 132), se o turismo é, em menor ou maior grau, um insaciável e voraz consumidor do espaço rural, ele é também, em certos casos, a sua única garantia de sobrevivência. Por outro lado, e no que diz respeito ao património natural, a actividade turística não é, neste caso particular, mais ameaçadora ou perigosa que outras actividades económicas ou que outras formas de utilização do espaço como, por exemplo, a silvicultura mais ou menos intensiva com que se tenta, hoje, rentabilizar de alguma forma a terra nas regiões do interior do país.

Uma vez que as condições naturais e a qualidade ambiental da Raia Central Portuguesa constituem importantes recursos para o desenvolvimento turístico e, nomeadamente, para o conjunto de actividades que enquadram o chamado turismo em espaço rural, pensamos que estas actividades deverão ser incentivadas já que representam, certamente, importantes contributos para o desenvolvimento sustentado da região.

No entanto, o incremento das actividades turísticas na Raia Central deverá obedecer a um conjunto articulado de medidas entre as quais se salientam o desenvolvimento conjunto e articulado de programas de turismo rural, com programas de turismo de natureza, de turismo cultural, de turismo cinegético e com a revitalização do termalismo, uma melhor informação e promoção dos vários produtos turísticos (estabelecida em função das características da oferta e não dos presumíveis valores em procura), o reforço e melhor distribuição geográfica das infra-estruturas de acolhimento, o lançamento de estudos, com vista à caracterização do território, ao levantamento dos recursos que encerra e das cargas que permite sem degradação da qualidade ambiental e, finalmente, o reforço da cooperação transfronteiriça, também nesta matéria.

### Bibliografia

- ALMEIDA, António Campar de (1995) - *Dunas de Quiaios, Gândara e Serra da Boa Viagem. Uma abordagem ecológica da paisagem*. Diss. Doutoramento. Coimbra.
- BETEILLE, Roger (1992) - "La valorisation touristique de l'espace rural. Mutation des concepts et nouvelles réalités économiques. *L'Information Géographique*, Paris, 56, pp. 210-216.
- CARRINHO, M. J. Goulart (1994) - "O Turismo em espaço rural. uma opção estratégica". *Actas das 4<sup>as</sup> Jornadas sobre Ambiente Cársico*. Porto de Mós.
- CARVALHO, M. Isabel (1994) - "Turismo em espaço rural". *Actas das 4<sup>as</sup> Jornadas sobre Ambiente Cársico*. Porto de Mós.
- CASTROVIEJO, Miguel e HERRERO, Julio (1992) - *Ecoturismo. Criterios de desarrollo y casos de manejo*. Colección Técnica, ICONA, Madrid.
- CAVACO, Carminda (1980) - "O turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais". *Estudos Italianos em Portugal*, pp. 40-52.
- CAVACO, Carminda (1991) - "Diversidade de processos de terciarização das explorações agrícolas". *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 10, pp. 179-198.
- CAVACO, Carminda (1994) - "Da integração na PAC ao turismo cinegético". *Inforgéo*, Lisboa, 6, pp. 37-53.
- CAVACO, Carminda e MONTEIRO, A. (1990) - "Turismo no Espaço Rural", *Antologia*, vol. I, II e III, Direcção-Geral do Planeamento e Agricultura, MAPA, Lisboa.
- CRAVIDÃO, F. Delgado (1991) - "Residência secundária e revalorização do espaço rural". *V Colóquio Ibérico de Geografia*, León, pp. 359-365.
- CRAVIDÃO, F. Delgado e CUNHA, Lúcio (1991) - "Turismo, investimento e impacto ambiental". *Cadernos de Geografia*, Coimbra, nº 10, pp. 199-22.
- CRAVIDÃO, F. Delgado e CUNHA, Lúcio (1994) - "Ambiente e práticas turísticas em Portugal". *Inforgéo*, Lisboa, 6, pp. 85-91.
- CRAVIDÃO, F. Delgado e CUNHA, Lúcio (1995) - "Turismo e ambiente - falsa convivência ou conflito instalado?" *Actas do 3º Congresso Internacional da Associação Mediterrânea de Sociologia do Turismo*. Estoril (no prelo).
- DAVEAU, Suzanne e col. (1985) - *Mapas climáticos de Portugal. Nevoeiro e nebulosidade. Contrastes térmicos*. Lisboa, Memórias do C. E. G., nº 7.

- JACINTO, Rui (1994) - *Programa Operacional da Raia Central*. Relatório final, Coimbra, CCRC (inédito).
- LOZATO-GIOTART, Jean Pierre (1990) - *Géographie du tourisme*. Ed. Masson, Paris.
- LOZATO-GIOTART, Jean Pierre (1993) - "Tourisme et loisirs: quelles problématiques géographiques?". *L'information Géographique*, Paris, nº 57, pp. 48-58.
- MOREIRA, Fernando (1994) - *O turismo em espaço rural. Enquadramento e expressão geográfica no território português*. Estudos de Geografia Humana e Regional. Portugal - Estudos Gerais B8, CEG, Lisboa.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira (1992) - "Património ao serviço do turismo". *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 11, pp. 87-92.
- RIBEIRO, Orlando (1939) - "Sur la morphologie de la Basse Beira". *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, Paris, 122, pp. 113-122.
- RIBEIRO, Orlando (1942) - "Notas sobre a evolução morfológica da orla meridional da Cordilheira Central entre Sobreira Formosa e a Fronteira". *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, Porto, I - 3, pp. 123-144.
- RIBEIRO, Orlando (1943) - "Evolução da falha do Ponsul". *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, XXIV, pp. 109-123.
- RIBEIRO, Orlando (1949) - "A Cova da Beira. Controvérsia de Geomorfologia". *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, XXX, pp. 23-41.
- RIBEIRO, Orlando (1949) - *Le Portugal Central*. Livro guia da excursão C. Congrès International de Géographie de Lisbonne, Lisboa.
- SIRGADO, J. Rafael (1994) - "Turismo nas regiões portuguesas: contributo para a modelação de um cenário de desenvolvimento e inovação para o final do século". *Inforgo*, Lisboa, 6, pp. 21-36.
- SIMÕES, J. Manuel (1994) - "Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional". *Inforgo*, Lisboa, 6, pp. 71-82.
- SONEIRO, J. Calizo (1991) - *Aproximación a la Geografía del Turismo*. Espacios y Sociedades, 21, Sintesis, Madrid.
- VILAÇA, Raquel (1994) - *Aspectos do povoamento da Beira Interior nos finais da Idade do Bronze*. Diss. Doutoramento, Coimbra, 3 vol.